


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001112-28.2016.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Requerente: **Zopone Engenharia e Comercio Ltda**
 Requerido: **Base e Soluções Em Coberturas Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Trata-se de pedido declaratório de inexistência de débito cumulado com indenização por danos morais ajuizado por **Zopone Engenharia e Comercio Ltda** contra **Base e Soluções Em Coberturas Ltda Me**. Sustenta, em síntese, que foi emitido indevidamente pela ré um boleto no valor de R\$ 20.250,00, com vencimento para 13/06/2016, referente a nota fiscal 529. Levou-se a protesto, duplicata sem aceite, por intermédio do Banco do Brasil. Alegou que o protesto é indevido já que não há qualquer aceite no título. Requer a declaração da inexigibilidade do débito e danos morais.

Contestação a fls. 81/101, pela improcedência dos pedidos e apresentação de reconvenção, cobrando a quantia de R\$ 60.750,00.

Réplica a fls. 122/123.

É o relatório.
Fundamento e decidido.

O feito comporta julgamento antecipado, ante a desnecessidade de produção de outras provas.

A preliminar de ilegitimidade passiva não merece acolhimento. Anote-se que, na modalidade endosso-mandato, a propriedade do título não é transferida ao endossatário, cuja obrigação é encaminhar o título a protesto, por ordem do cedente.

Portanto, não cabia ao banco verificar a legitimidade do título, uma vez que é mero apresentante. É oportuno destacar que apenas a ré detém conhecimento de eventual falta de causa subjacente, sendo, portanto, parte legítima.

Nesse sentido, inclusive, a Súmula 476 do Superior Tribunal de Justiça: “*O endossatário de título de crédito por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário*”.

Dessa forma, o simples fato de ser endossatário, como mandatário, não o torna responsável pelo protesto indevido diante do autor, se não lhe pode ser imputado diretamente ato lesivo.

No mérito, cinge-se a controvérsia quanto a regularidade do protesto diante da relação jurídica que existiu entre as partes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Saliento, não há controvérsia sobre a descrição dos fatos, o adimplemento das quantias de R\$ 10.500,00 (14/04/2016) e R\$ 20.250,00 (13/05/2016), bem como da devolução dos equipamentos, conforme fls. 53/54.

A parte autora alega que realizou a contratação da ré para locação dos equipamentos pelo período de quatro meses. Contudo, circunstâncias alheias a sua vontade (período de chuvas e condições do solo) impossibilitaram a continuidade da contratação. Por isso, entende indevido o protesto ora questionado. A ré, por seu turno, pretende a execução integral do contrato.

Verifico que a questão a ser tratada diz respeito à existência ou não de causa apta a embasar o protesto da nota fiscal 529 (fl. 59) e não sobre a execução forçada do contrato, como pretende a parte ré.

Vale lembrar que a duplicata é um título causal, vinculado a um negócio subjacente, devendo ser compravada tal relação. Em consonância com a Lei n. 5.474/68, a duplicata só pode ser sacada diante de hipóteses legais e específicas, que são a compra e venda de mercadorias ou prestação de serviços. O saque de duplicata para relação jurídica diversa é ilegal.

No caso em tela, verificou-se que, de fato, não houve a continuidade da prestação dos serviços. Por isso, não é possível emissão de nota fiscal, sem aceite, e protesto do título sem que haja a real prestação de serviços.

Portanto, a parte autora desincumbiu-se de seu ônus de provar fato constitutivo de seu direito, qual seja, o de que o serviço não foi prestado.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. DIREITO CAMBIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DUPLICATA. NÃO OCORRÊNCIA DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DESPESAS CARTORÁRIAS. INCLUSÃO NO MONTANTE EXEQUENDO. ART. 19 DA LEI 9.492/97. 1. A duplicata sem aceite, desde que devidamente protestada e acompanhada do comprovante de entrega da mercadoria, é instrumento hábil a embasar a execução (art. 15, II, da Lei 5.494/68 combinado com arts. 583 e 585, I, do CPC). 2. É ônus da embargante a prova de fato constitutivo de seu direito, qual seja, o de que a mercadoria não lhe foi entregue adequadamente e que a assinatura constante do canhoto da duplicata pertence à pessoa estranha aos seus quadros, haja vista a presunção legal de legitimidade que emana do título executivo (arts. 333, I combinado com 334, IV, do CPC). 3. As despesas cartorárias encontram-se insertas no montante exequendo, nos termos do art. 19 da Lei do Protesto (Lei 9.294/97). 4. Recurso especial não provido" (REsp 844191 / DF, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, Quarta Turma, DJ 02/06/2011).

Quanto aos danos morais, tenho-os por não configurados.

É o caso de se aplicar a súmula 385 do STJ pois, o protesto indevido ocorreu em 20/06/2016 (fl. 24) e a ré comprovou negativação anterior em 29/05/2015 e também em 23/08/2016 (fl. 171).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, referido documento revela que, de fato, a autora teve seu nome inscrito diversas vezes em cadastros de proteção ao crédito cuja legalidade não foi oportunamente refutada.

Verifica-se, ainda, que nem todos os apontamentos já haviam sido excluídos ao tempo da formalização daquele que agora é questionado, de modo que chegaram a coexistir.

Tal circunstância impõe a aplicação da Súmula 385 porque, como é sabido, o Superior Tribunal de Justiça uniformizou entendimento no sentido de que aquele que está inscrito em cadastro restritivo não pode se sentir moralmente ofendido por nova inscrição. A justificativa é que o dano moral decorre da imputação indevida de inadimplente a alguém que efetivamente não o é.

Quando se insere, em cadastro restritivo o nome de um consumidor que já possui registro, o estado de inadimplimento é preexistente. Consequentemente, não haveria ofensa à honra desse consumidor, ressalvando-se apenas o direito de ter cancelado o registro indevido;

Nesse sentido, foi editada a **Súmula nº 385 do Superior Tribunal de Justiça**, que dispõe: "*Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.*"

Portanto, a inserção – que se mostra indevida, porquanto inexistente o débito referido – está comprovada documentalmente o que impõe o seu cancelamento. Todavia, não vislumbro a ocorrência de dano moral indenizável, pois existente restrições anteriores.

Quanto à reconvenção, o pedido é improcedente.

Entendo que a ré-reconvinte não se desincumbiu de seu ônus de comprovar os fatos constitutivos de seu direito, na medida em que pretende a cobrança da quantia de R\$ 60.750,00, sem ter demonstrado a efetiva prestação dos serviços, como fundamentado acima.

Ademais, reconheceu que a autora adimpliu a quantia de R\$ 10.500,00 e R\$ 20.250,00, referente aos equipamentos locados e que foram devolvidos. Portanto, não há qualquer embasamento apto a legitimar tal cobrança.

Por fim, reconheço a litigância de má-fé da autora nestes autos. Isso porque, com a sobrevinda dos documentos trazidos pelo réu (fl. 171), ficou evidente que a autora não informou a existências de apontamentos nos cadastros de proteção ao crédito ou eventual situação de apontamento indevido, faltando com a verdade, com vias a induzir esse juízo em erro, o que configura má-fé processual.

Por isso, condeno a autora ao pagamento de indenização ao réu na quantia equivalente a 2% do valor atualizado da causa, por ter litigado com evidente má-fé.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para declarar a inexistência do débito reclamado, confirmando-se a tutela deferida para cancelar o apontamento indevido. Por outro lado, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido de danos morais, bem como a reconvenção. Condeno, por fim, a autora ao pagamento de indenização ao réu na

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE IBATÉ****FORO DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

quantia equivalente a 2% do valor atualizado da causa, por ter litigado com má-fé.

Diante da sucumbência parcial, condeno as partes a arcarem com custas e despesas processuais, fixando honorários advocatícios em R\$ 1.000,00 para cada, observando-se a gratuidade, caso concedida.

Interposta apelação, intime(m)-se o(s) recorrido(s) para apresentação de contrarrazões e, na sequência, encaminhem-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 29 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**